

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	75
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	79
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	80
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	81
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	82
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	70.666.879
Preferenciais	141.333.771
Total	212.000.650
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	464.423	423.995	495.540
1.01	Ativo Circulante	120.390	63.972	113.915
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	105.552	44.073	9.960
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	7.645	0
1.01.03	Contas a Receber	9.592	6.551	0
1.01.03.01	Clientes	9.592	6.551	0
1.01.04	Estoques	1.547	995	706
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	1.910	7.163
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	1.910	7.163
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.699	2.798	96.086
1.01.08.03	Outros	3.699	2.798	96.086
1.01.08.03.01	Adiantamentos	3.397	2.437	1.608
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	264	290	93.603
1.01.08.03.04	Outros ativos	38	71	875
1.02	Ativo Não Circulante	344.033	360.023	381.625
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.832	14.105	12.429
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.532	913	771
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.532	913	771
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	16.300	13.192	11.658
1.02.01.10.03	Depositos judiciais	16.300	13.192	11.658
1.02.03	Imobilizado	13.798	13.998	16.536
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.090	13.804	15.343
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	708	194	1.193
1.02.04	Intangível	311.403	331.920	352.660
1.02.04.01	Intangíveis	311.403	331.920	352.660
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	309.941	328.902	346.933
1.02.04.01.02	Intangível em construção	703	2.124	4.650
1.02.04.01.03	Outros	759	894	1.077

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	464.423	423.995	495.540
2.01	Passivo Circulante	198.551	179.995	374.777
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.007	3.974	3.179
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.007	3.974	3.179
2.01.02	Fornecedores	4.905	7.801	7.136
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.905	7.801	7.136
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.740	1.551	5.010
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.859	690	4.815
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.859	690	4.815
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	0	40
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	881	861	155
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	16.613	14.624	206.788
2.01.04.02	Debêntures	16.613	14.624	206.788
2.01.05	Outras Obrigações	169.286	152.045	152.664
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.613	4.613	5.313
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	4.613	4.613	5.313
2.01.05.02	Outros	164.673	147.432	147.351
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	164.173	146.860	146.860
2.01.05.02.04	Outros passivos	500	572	491
2.02	Passivo Não Circulante	82.563	102.576	11.039
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	66.891	86.469	0
2.02.01.02	Debêntures	66.891	86.469	0
2.02.02	Outras Obrigações	0	4.267	0
2.02.02.02	Outros	0	4.267	0
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações	0	4.267	0
2.02.04	Provisões	15.672	11.840	11.039
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.672	11.840	11.039
2.02.04.01.05	Provisões para riscos processuais	15.672	11.840	11.039

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.03	Patrimônio Líquido	183.309	141.424	109.724
2.03.01	Capital Social Realizado	91.953	91.953	60.953
2.03.04	Reservas de Lucros	91.356	49.471	48.771
2.03.04.01	Reserva Legal	15.836	13.089	12.191
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	75.520	36.382	23.580
2.03.04.10	AFAC	0	0	13.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	167.179	119.920	153.291
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-62.149	-67.299	-49.894
3.03	Resultado Bruto	105.030	52.621	103.397
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-21.452	-15.149	-50.342
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.127	-14.476	-53.842
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-325	-673	3.500
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	83.578	37.472	53.055
3.06	Resultado Financeiro	-1.020	-9.304	-12.790
3.06.01	Receitas Financeiras	12.677	8.816	13.126
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.697	-18.120	-25.916
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	82.558	28.168	40.265
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-27.628	-10.201	-7.458
3.08.01	Corrente	-29.482	-10.343	-9.919
3.08.02	Diferido	1.854	142	2.461
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	54.930	17.967	32.807
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	54.930	17.967	32.807
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,2591	0,0847	0,1974
3.99.01.02	PN	0,2591	0,0847	0,1974
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,2591	0,0847	0,1974
3.99.02.02	PN	0,2591	0,0847	0,1974

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	54.930	17.967	32.807
4.03	Resultado Abrangente do Período	54.930	17.967	32.807

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	85.544	47.926	54.761
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	118.537	63.040	86.036
6.01.01.01	Lucro antes do impostos	82.558	28.168	40.265
6.01.01.02	Depreciação e amortização	24.207	24.684	23.243
6.01.01.03	Baixa de imobilizado e intangível	243	0	548
6.01.01.04	Adição de imobilizado e intangível não liquidado	0	0	-278
6.01.01.06	Provisão para riscos	2.214	-376	6.004
6.01.01.07	Ajuste de operação de Hedge	0	0	810
6.01.01.08	Variações monetárias e encargos , líquidos	9.315	10.214	15.444
6.01.01.09	Perdas recebíveis	0	350	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.649	-5.874	-23.698
6.01.02.01	Contas a receber clientes	-3.041	-6.901	16.981
6.01.02.02	Estoques	-552	-289	73
6.01.02.03	Depositos judiciais	-319	-224	-7.422
6.01.02.04	Adiantamentos	-960	-829	98
6.01.02.05	Partes relacionadas	26	0	0
6.01.02.06	Outros	33	804	63
6.01.02.07	Fornecedores	-2.896	665	-3.445
6.01.02.08	Obrigação com empregados e administradores	1.033	795	-1.304
6.01.02.09	Impostos , taxas e contribuições	3.099	691	-31.560
6.01.02.10	Partes relacionadas	0	-667	2.327
6.01.02.11	Outras obrigações e contas a pagar	-72	81	491
6.01.03	Outros	-29.344	-9.240	-7.577
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-29.344	-9.240	-7.577
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	3.912	84.232	1.869
6.02.01	Recebimento de principal sobre debentures	0	93.280	2.215
6.02.02	Recebimento de juros sobre debentures	0	4.957	7.930
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-2.001	-159	-520

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02.04	Aquisição de intangível	-1.732	-1.247	-7.756
6.02.05	Aplicações financeiras	7.645	-12.599	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-27.977	-98.045	-62.429
6.03.01	Pagamento do principal de debentures e empréstimos sobre financiamentos	-17.946	-100.741	-41.811
6.03.02	Pagamento de juros sobre debentures e empréstimos sobre financiamentos	-9.504	-15.304	-20.649
6.03.03	Aplicação financeira vinculada	-527	0	0
6.03.04	Dividendos e juros sobre capital pagos	0	0	-19.804
6.03.07	Aumento de capital	0	18.000	19.835
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	61.479	34.113	-5.799
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	44.073	9.960	15.759
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	105.552	44.073	9.960

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	91.953	0	49.471	0	0	141.424
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	91.953	0	49.471	0	0	141.424
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	39.138	0	0	-13.045
5.04.06	Dividendos	0	0	39.138	0	0	-13.045
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	54.930
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	0	54.930
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.747	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.747	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	91.953	0	91.356	0	0	183.309

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	60.953	0	35.771	0	0	96.724
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	60.953	0	35.771	0	0	96.724
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.000	0	12.802	0	0	26.733
5.04.01	Aumentos de Capital	31.000	0	0	0	0	31.000
5.04.06	Dividendos	0	0	12.802	0	0	-4.267
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	17.967
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	0	17.967
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	898	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	898	0	0	0
5.07	Saldos Finais	91.953	0	49.471	0	0	141.424

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	54.118	0	65.556	0	0	119.674
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	54.118	0	65.556	0	0	119.674
5.04	Transações de Capital com os Sócios	19.835	0	-54.732	-7.860	0	-42.757
5.04.01	Aumentos de Capital	6.835	0	0	0	0	6.835
5.04.06	Dividendos	0	0	-54.732	-7.860	0	-62.592
5.04.08	AFAC	13.000	0	0	0	0	13.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32.807	0	32.807
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	32.807	0	32.807
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	24.947	-24.947	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	24.947	-24.947	0	0
5.07	Saldos Finais	73.953	0	35.771	0	0	109.724

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	181.573	131.597	167.187
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	183.009	131.276	167.807
7.01.02	Outras Receitas	151	491	143
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.587	-170	-763
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-30.319	-34.171	-51.832
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	0	-1.607
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-28.762	-30.554	-49.875
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	0	-350
7.02.04	Outros	-1.557	-3.617	0
7.02.04.02	Outros custos	-1.557	-3.617	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	151.254	97.426	115.355
7.04	Retenções	-24.207	-24.684	-23.243
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24.207	-24.684	-23.243
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	127.047	72.742	92.112
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.677	8.817	13.126
7.06.02	Receitas Financeiras	12.677	8.817	13.126
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	139.724	81.559	105.238
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	139.724	81.559	105.238
7.08.01	Pessoal	22.786	20.073	20.515
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.612	13.326	12.474
7.08.01.02	Benefícios	5.836	5.535	6.598
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.338	1.212	1.281
7.08.01.04	Outros	0	0	162
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	48.289	25.570	25.580
7.08.02.01	Federais	39.002	19.003	17.079
7.08.02.02	Estaduais	0	0	67
7.08.02.03	Municipais	9.287	6.567	8.434
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.719	17.949	26.336

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03.01	Juros	10.953	16.058	20.549
7.08.03.02	Aluguéis	376	251	420
7.08.03.03	Outras	2.390	1.640	5.367
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	54.930	17.967	32.807
7.08.04.02	Dividendos	0	0	31.440
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	54.930	17.967	1.367

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



2022

Relatório da Administração

RELAÇÕES COM INVESTIDORES
DRI@lamsa.invepar.com.br

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

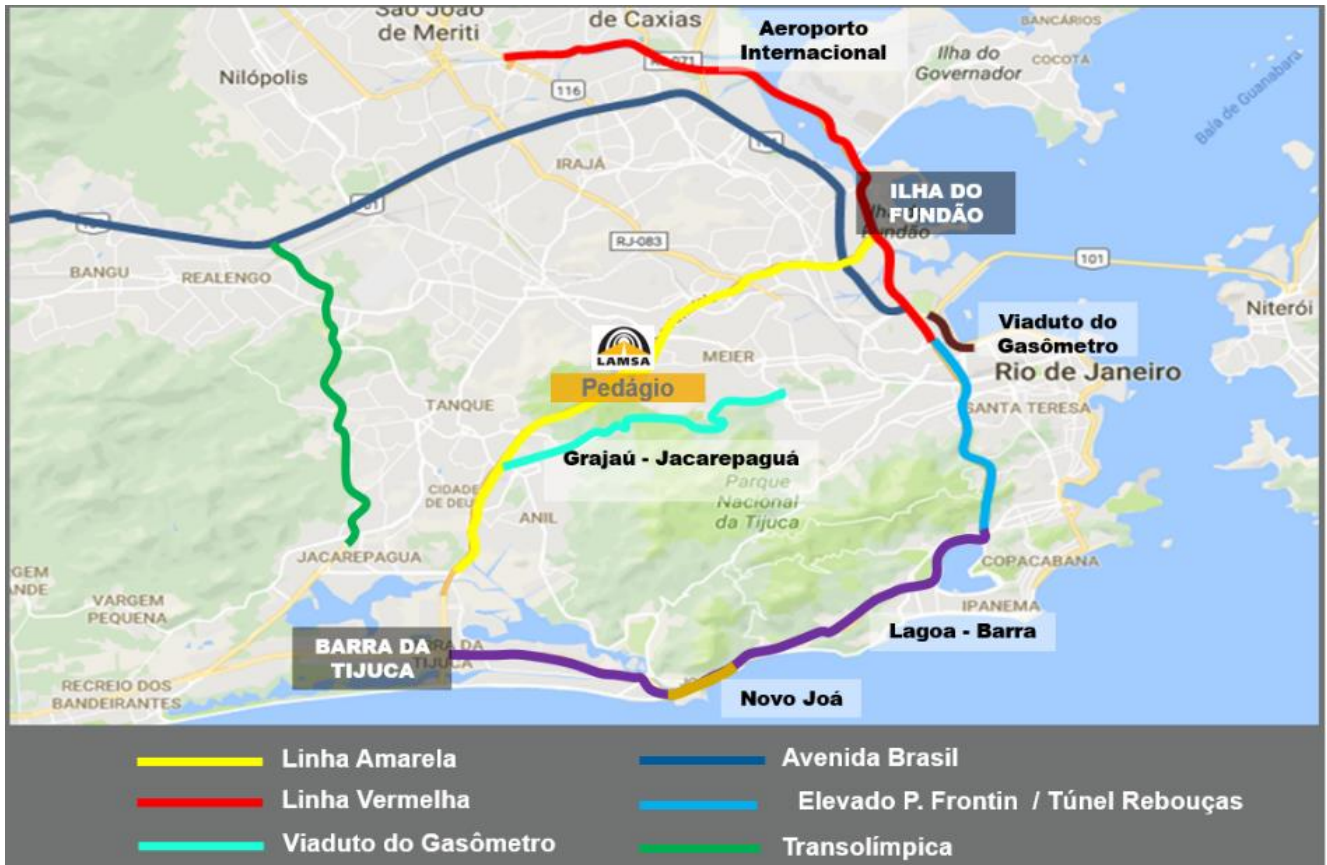
Índice

A COMPANHIA.....	2
APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA.....	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	1
DESTAQUES DO ÚLTIMO ANO.....	1
SUSTENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS	1
CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA.....	1
GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE	1
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	1
MEIO AMBIENTE.....	3
RESULTADOS.....	5
CONTEXTO ECONÔMICO	5
RESULTADOS OPERACIONAIS	5
RESULTADOS FINANCEIROS	6
FLUXO DE CAIXA	8
ENDIVIDAMENTO	9
INVESTIMENTOS.....	9
CONSIDERAÇÕES FINAIS	10
PERSPECTIVAS E PLANOS	10
AUDITORES INDEPENDENTES	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS	11

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Companhia

Apresentação da Companhia



A Linha Amarela S.A. – LAMSA, controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente em operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. A Linha Amarela, operada desde novembro de 1997 pela LAMSA, é uma das principais vias expressas da cidade do Rio de Janeiro. Com 17,4 km de extensão, 20 km de acessos/saídas e uma praça de pedágio, a via liga a Barra da Tijuca à Avenida Brasil e à Ilha do Governador, interligando as Zonas Norte, Oeste e o Centro da cidade, contribuindo também para o desenvolvimento econômico dos bairros ligados por ela. A qualidade do serviço prestado aos seus usuários e o rigoroso respeito ao contrato de concessão norteiam a atuação da concessionária no atendimento à população do Rio de Janeiro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Aspectos Regulatórios

Nos últimos anos, a LAMSA vivenciou uma série de atos de abuso do Poder Concedente. De forma unilateral e sem respaldo no contrato de concessão, a Prefeitura feriu a segurança jurídica nas relações institucionais por meio de atos como decretos determinando a suspensão da cobrança da tarifa de pedágio, passando pela notificação do rompimento unilateral do contrato de concessão da Linha Amarela e pela destruição da praça de pedágio em 2019. Inclusive, foi enviado a câmara municipal Projeto de Lei Complementar com o objetivo de encampação do contrato de concessão da Linha Amarela sem o prévio pagamento de indenização a que a LAMSA teria direito e está previsto em lei. Em 16 de setembro de 2020 o Superior Tribunal de Justiça suspendeu as decisões liminares que impediam a encampação da Companhia, objeto de contrato de concessão, suspendendo a cobrança da praça de pedágio em ambos os sentidos da via. No dia 3 de março de 2021 foi proferida decisão do Supremo Tribunal Federal suspendendo a continuidade de execução do processo de encampação. Em audiência de conciliação realizada no dia 05 de abril de 2021 foi proposto pelo juízo a fixação de tarifa provisória no valor de R\$ 4,00 (quatro reais), a perdurar pelo prazo de 90 (noventa) dias, período durante o qual as partes deviam diligenciar junto ao juízo de origem para a conclusão de perícia judicial ali já deferida, relativa ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, o que foi aceito tanto pelo Município do Rio de Janeiro quanto pela Concessionária. A cobrança de pedágio pela LAMSA retornou em 09 de abril de 2021, após um período de quase 07 (sete) meses sem a contraprestação financeira pelos serviços prestados.

A perícia realizada pela Alumni COPPEAD e concluída em 22 de novembro de 2021, evidenciou um desequilíbrio em favor da Concessionária e evidenciou um eventual sobrepreço nas obras realizada com base no 11º Termo Aditivo – TA do Contrato de Concessão nº 513/94, sendo deferido prazo às partes para manifestação sobre o laudo, para posterior esclarecimento técnico e envio ao Supremo Tribunal Federal. Cabe ressaltar que no laudo elaborado pela Alumni COPPEAD a expressão sobrepreço não é qualificadora de ato ilícito, apenas que não encontrou subsídios para diferença orçamentária. A Companhia aguarda a convocação do Supremo Tribunal Federal para retomada do processo após a perícia. Com base no andamento do referido processo, a Companhia entende que a encampação é ilegal, pois não há razões jurídicas para cessação do contrato de concessão, uma vez que as discussões envolvendo os aditivos celebrados, bem como o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato são objeto de discussões judiciais.

Em 29 de setembro de 2022, o Município do Rio de Janeiro instaurou processo administrativo para apurar eventual nulidade do 11º termo aditivo. Em 12 de dezembro de 2022 foi realizada audiência entre as partes e ficou acordado que o Município prosseguiria com a suspensão do processo administrativo, bem como não iniciaria nova licitação até o esclarecimento do laudo pericial em nova audiência agendada para 02 de fevereiro de 2023, sendo prorrogada para 10 de março de 2023. A LAMSA sempre cumpriu rigorosamente seu contrato de concessão e reforça seu compromisso com a ética, a transparência e a integridade em todas as suas relações, seja com o Poder Concedente, usuários ou fornecedores. A Companhia segue a disposição do diálogo na busca pela melhor solução para sanar os litígios com o Poder Concedente, mas reforça que continuará utilizando de todos os recursos e procedimentos legais cabíveis em busca do reestabelecimento dos direitos da LAMSA confiante no poder judiciário e na nossa capacidade de enfrentar e vencer os mais diversos desafios.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração



Em 2022 assim como em 2023, a Companhia permanece focada na manutenção de suas operações com segurança e qualidade para nossos colaboradores e usuários. No aspecto regulatório, A LAMSA segue acompanhando as questões com o Poder Concedente.

Destaques do Último Ano



Revitalização da Sinalização Vertical

A LAMSA realizou no ano de 2022 a troca de placas em alguns trechos da Linha Amarela para melhor atender ao usuário com uma sinalização renovada. Ao todo foram substituídas 153 placas de sinalização vertical, por modelos mais modernos, com novos layouts e alta retro refletividade, facilitando a visualização por parte dos usuários da rodovia.

Nova Forma de Pagamento da Tarifa do Pedágio

O pedágio da Linha Amarela passou a aceitar, a partir de abril 2022, o pagamento por PIX. Primeiramente a empresa passou a disponibilizar a nova forma de pagamento através das máquinas de cartões de crédito e débito com tecnologia de chip volantes e a partir de setembro de 2022 de forma integrada ao sistema de arrecadação. O meio de pagamento incluído em respeito à alteração da lei municipal nº 7.004 que foi sancionada em 31/03/2022.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sustentabilidade dos Negócios

Código de Ética e Conduta

Pessoas e equipes atuam em conformidade com os princípios éticos e morais praticados pela Companhia, agindo, a cada momento, com honestidade, comprometimento, responsabilidade e respeito. O Código de Ética e Conduta tem como objetivo estabelecer o padrão de comportamento e os valores da LAMSA. O documento é amplamente divulgado entre todos os empregados e conta com canal externo e anônimo de denúncia. Todos os colaboradores recebem e assinam o Código de Ética no momento de sua integração na Companhia.

Gestão de Riscos e Compliance

O Programa de Compliance/Integridade da LAMSA compreende o conjunto de práticas, políticas, regulamentos, procedimentos, comunicações e treinamentos, estabelecidos com o objetivo de evitar, detectar e tratar desvios de ética e conduta. Atualmente o programa é monitorado por uma área independente, dedicada aos temas da atividade de Compliance e, não estando subordinada a outro departamento da empresa, respondendo diretamente ao Presidente da Companhia. Dentre as atividades da área de Compliance, se encontra a Gestão de Riscos, que tem por objetivo identificar, avaliar, tratar e monitorar e comunicar os riscos de forma adequada, além de estar integrado com as estratégias de negócio e investimentos. A gestão de Riscos conta com Comitês Semestrais com a participação da Diretoria Executiva.

Relacionamento com a Sociedade

O investimento social da concessionária visa o crescimento socioeconômico das comunidades do entorno da Linha Amarela, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida dos moradores. Em 2022, foram realizados 12 projetos sociais patrocinados pela LAMSA, beneficiando 17.617 pessoas vizinhas à via:

Projetos Sociais

Entre Lugares - Promove a inclusão social por meio de atividades de incentivo à criação coletiva como oficinas de artes cênicas, literatura, música, circo e artes visuais.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Escola Criativa - Estimula a cultura por meio de oficinas de artesanato sustentável, brinquedos criativos, desenho/pintura e teatro, sobre conteúdos relacionados às disciplinas de história, geografia, língua portuguesa e artes.

Negócio Sustentável - Promove a qualificação profissional em gestão cultural de organizações de base comunitária para a realização de projetos culturais que beneficiem à comunidade local.

Tecendo Arte – Curso de artesanato e moda sustentável promovido para estimular a Economia Criativa e o empreendedorismo carioca através da realização de oficinas criativas para incentivar a educação ambiental entre as crianças (estudantes de escolas públicas municipais da região beneficiada).

Museu da Maré – Visa disseminar a história da maré através de contação de histórias e rodas de conversa para os moradores da comunidade.

Ela – Escola Libertária de Artes - Realização de oficinas para incentivar o potencial artístico da população voltadas para dança, capacitação para DJ, contação de histórias, entre outras.

Favela Mundo - Realização de oficinas de teatro, música (violão), danças (brasileira, jazz e de rua) para crianças e jovens, e de capacitação profissional (artesanato e maquiagem) para jovens e adultos.

De Olho Na Pista - Promove apresentações teatrais para levar informações preventivas e educacionais voltadas à segurança no trânsito.

Orquestra de Batuque - Visa contribuir para a formação sociocultural de adolescentes e jovens por meio de oficinas de percussão com materiais alternativos e ou recicláveis.

Transformando os Olhares da Maré - Realização de cursos de fotografia, vinhetas, design e arte gráfica para criação de peças e conteúdo, produzidos para alimentar uma plataforma online criada pelos próprios participantes do projeto.

Escolas de Música e Cidadania - Promove a educação cidadã de crianças e jovens por meio do ensino de música. Através das Aulas de prática instrumental, canto coral, teoria musical e oficinas de cidadania.

Livro Nas Praças – Visa realizar a circulação de ônibus itinerante adaptado como biblioteca sobre rodas, que funciona também como um espaço de leitura na comunidade, oferecendo empréstimos gratuitos de 2.000 livros (mediante cadastro feito na unidade móvel) aos moradores de comunidades do entorno da Via.

Educação no Trânsito

Durante o ano de 2022, a LAMSA promoveu uma série de campanhas e ações integradas voltadas à educação para o trânsito:

- Campanha “Pista Molhada, Atenção Redobrada: Lançada no início do ano, no período de chuvas intensas, o propósito foi conscientizar os motoristas e motociclistas sobre os cuidados ao dirigir na chuva.

- Maio Amarelo: Além da iluminação da praça de pedágio na cor amarela, a empresa também realizou postagens nas redes sociais com conteúdo relacionado à segurança no trânsito.

- Semana Nacional de Trânsito (SNT): Durante a SNT, a LAMSA, em parceria com a rádio FM O Dia, o aplicativo de entregas *Ifood* e a Campanha Cero! Mata, distribuiu antenas antilinha de pipa e brindes para os motociclistas que trafegavam pela rodovia. Durante a ação, também foram disseminadas mensagens de conscientização nos PMVs e redes sociais da empresa com foco na redução de acidentes envolvendo motociclistas.

- Campanha Pontos de Atenção: Sinalização dos trechos da Linha Amarela que apresentam os maiores índices de acidentes para chamar a atenção de motoristas e motociclistas ao transitarem no local. Além da instalação de banners na via, também foram realizadas postagens nas redes sociais.



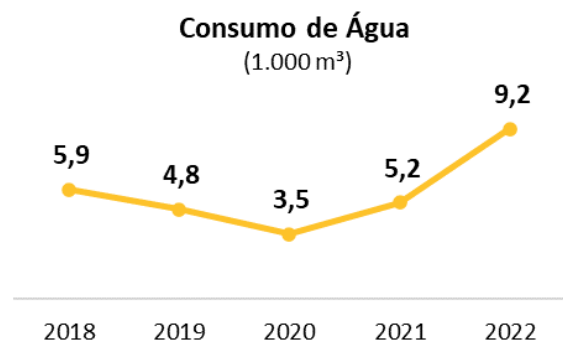
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Meio Ambiente

Sempre vigilante às questões ambientais, a LAMSA monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente e acompanhados pela alta direção através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos.

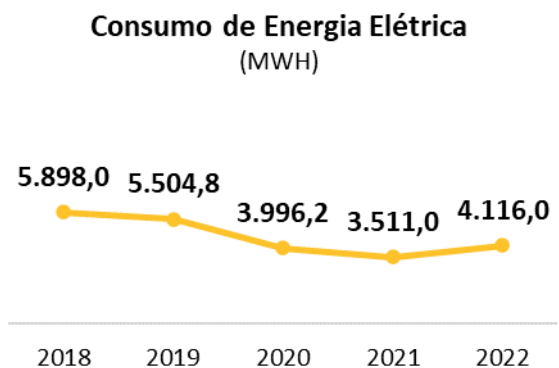
Consumo de Água

A LAMSA monitora e controla o consumo de água através de sistema de gestão com ações de conscientização para redução de consumo, instalação de redutores nas torneiras dos banheiros e manutenção preventiva no castelo d'água reduzindo as chances de infiltrações. O aumento no consumo em 2022 de 77% no consumo é explicado pelo retorno total das atividades pós pandemia, além do processo de revitalização das estruturas de segurança no que tange à utilização de água com os respectivos testes de performance dos sistemas de combate à incêndios.



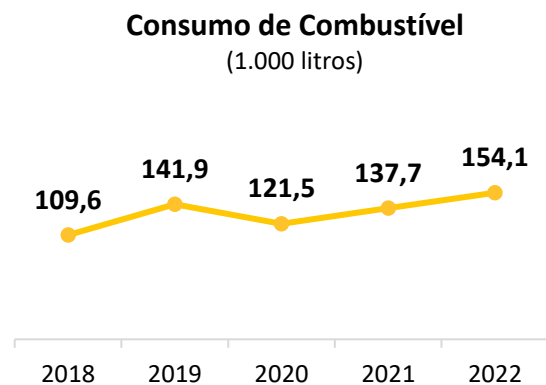
Consumo de Energia

O aumento no consumo de energia de 17%, também configurou em aumento devido ao retorno das atividades presenciais pós pandemia. Na pandemia, houve redução nas atividades de campo e atividades presenciais das equipes internas, o que significou em redução de energia, pois os aparelhos de ar-condicionado, luzes e consumo advindo de aparelhos eletrônicos foi drasticamente reduzida devido ao home-office.



Consumo de Combustível

A variação no consumo de combustível está ligada ao aumento no fluxo de veículos o que gera aumento nas ocorrências viárias. Com o retorno total das atividades de campo pós pandemia, foi observado maior número de ocorrências e atendimentos ao usuário com retorno total das atividades de manutenção na via.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

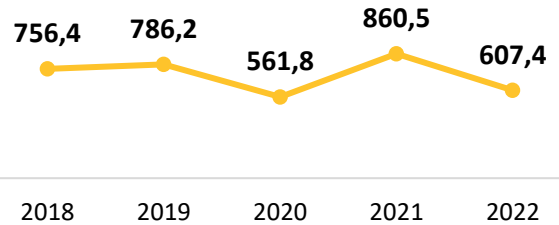
Emissões de GEE (Escopo 1 e 2) ¹

A variação do indicador de GEE-1 é explicada pelo aumento no consumo de combustíveis e uso de gás refrigerante nas manutenções dos aparelhos de ar-condicionado ao longo do ano de 2022, essa demanda aumentou devido ao retorno das atividades pós pandemia.

No indicador GEE-2 a redução apresentada, apesar da alta no consumo de energia elétrica se deve ao consumo ser gerado de forma limpa, comparado com o ano de 2021. O fator de emissão foi alterado, pois ele é calculado com base nos tipos de empreendimentos geradores de energia elétrica e a média das emissões.

"Os fatores de emissão médios de CO2 para energia elétrica a serem utilizados em inventários têm como objetivo estimar a quantidade de CO2 associada a uma geração de energia elétrica determinada. Ele calcula a média das emissões da geração, levando em consideração todas as usinas que estão gerando energia e não somente aquelas que estejam funcionando na margem. Se todos os consumidores de energia elétrica do SIN calculassem as suas emissões multiplicando a energia consumida por esse Fator de Emissão, o somatório corresponderia às emissões do SIN". -

Emissões de GEE Escopos 1 e 2
(tCO2e)



<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/dados-e-ferramentas/fatores-de-emissao>

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados

Contexto Econômico

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2022, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu 2,9%. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2022 com alta de 5,79% e o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) encerrou o ano com alta acumulada de 5,45%. Para o seguimento de rodovias, segundo dados da ABCR no RJ, houve aumento de 4,6% em 2022, no fluxo de veículos. No caso da LAMSA, foi registrado aumento de 39,7% em comparação a 2021, devido ao retorno da cobrança de tarifa em abr/2021.

A administração da Companhia seguirá atenta a toda e quaisquer informações e/ou eventos relacionados a este tema, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou de outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios.

Inflação e Juros	2022	2021	▲
IPCA Últimos 12 Meses	5,79%	10,06%	-4,28 pp
CDI Final do Período	13,65%	8,76%	4,89 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	12,39%	4,42%	7,97 pp
TJLP Final do Período	7,20%	5,32%	1,88 pp
TJLP Média Últimos 12 meses	6,63%	4,80%	1,83 pp

<https://www.portalbrasil.net/ipca.htm>

http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-segmentos-e-setoriais/serie-historica-do-di.htm

<https://calculadorarendafixa.com.br/#>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>

Resultados Operacionais

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria mostram que o fluxo total de veículos pelas rodovias pedagiadas para as rodovias sob o regime de concessão privada acumula aumento de 7,4% em 2022, fruto da elevação de 2,0% dos veículos pesados e de 9,3% dos veículos leves. Considerando os dados do Rio de Janeiro, o aumento acumulado de 4,6% é composto pelo aumento de 3,6% dos veículos pesados e de 4,8% dos veículos leves. O melhor desempenho dos veículos leves está relacionado ao período de férias e confraternizações entre 2022 e 2023, decorrência do retorno ao lazer e turismo.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho Operacional (Mil)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
VEPs¹	11.687	11.716	-0,3%	45.754	32.740	39,7%
Veículos Leves	10.786	10.831	-0,4%	42.275	30.301	39,5%
Veículos Pesados	900	885	1,7%	3.479	2.439	42,6%
Tráfego²	12.558	12.512	0,4%	49.132	47.552	3,3%
Veículos Leves	11.973	11.938	0,3%	46.836	45.499	2,9%
Veículos Pesados	491	484	1,4%	1.906	1.784	6,8%
Veículos Isentos	94	90	4,4%	390	267	46,1%
Tarifa Praticada (R\$)	4,00	4,00	0,0%	4,00	4,00	0,0%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

A LAMSA registrou 45,7 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEP's em 2022, um aumento expressivo de 39,7% em relação ao ano anterior. O ano de 2021 foi impactado pelas medidas restritivas de circulação devido a pandemia do COVID-19, e pelo período de 3 meses sem a cobrança do pedágio.

Resultados Financeiros

Receitas

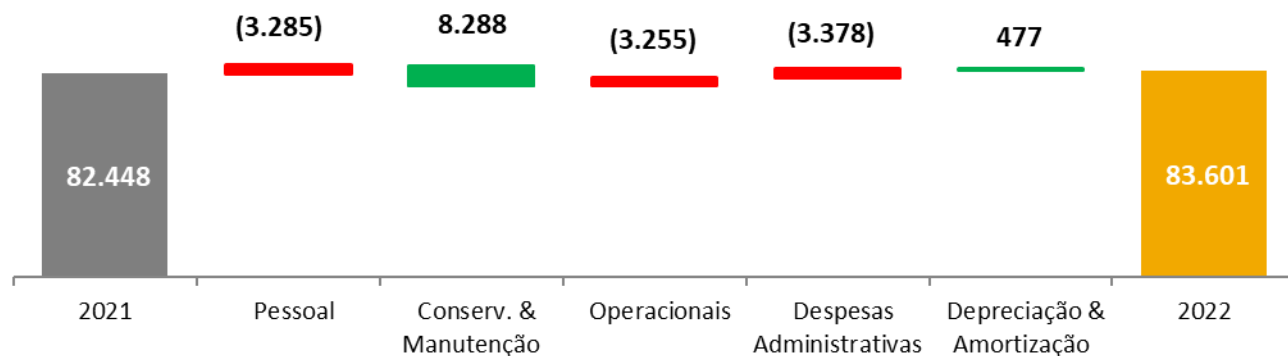
Receita Operacional (R\$ mil)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
Receita Bruta	46.776	46.860	-0,2%	183.009	131.276	39,4%
Receitas com Pedágio	46.776	46.860	-0,2%	183.009	131.276	39,4%
Deduções da Receita Bruta	(4.046)	(4.054)	-0,2%	(15.830)	(11.356)	39,4%
Receita Líquida	42.730	42.806	-0,2%	167.179	119.920	39,4%

A Companhia registrou em 2022 R\$ 183 milhões de receitas operacionais, um aumento de 39,4% comparado com o ano de 2021, quando registrou R\$ 131,3 milhões devido ao período de não cobrança de tarifa no 1T21.

Custos e Despesas

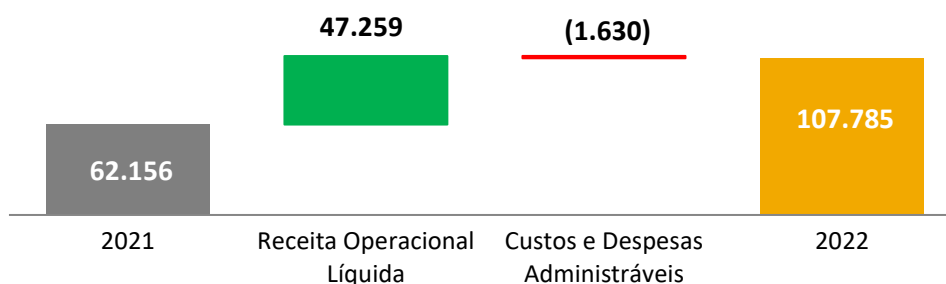
Custos e Despesas (R\$ mil)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
Pessoal	(8.027)	(6.098)	31,6%	(26.884)	(23.599)	13,9%
Conservação & Manutenção	(2.425)	(3.890)	-37,7%	(4.674)	(12.962)	-63,9%
Operacionais	(6.295)	(4.575)	37,6%	(18.830)	(15.575)	20,9%
Despesas Gerais & Administrativas	(2.279)	(641)	255,5%	(9.006)	(5.628)	60,0%
Custos & Despesas Administráveis	(19.026)	(15.204)	25,1%	(59.394)	(57.764)	2,8%
Depreciação & Amortização	(6.176)	(6.096)	1,3%	(24.207)	(24.684)	-1,9%
Custos & Despesas Operacionais	(25.202)	(21.300)	18,3%	(83.601)	(82.448)	1,4%

Os Custos e Despesas Administráveis teve um aumento de 2,8% no período de 2022 totalizando o montante de R\$ 59,4 milhões. Os custos com Conservação & Manutenção apresentaram redução de 63,9% devido as obras de recuperação e pavimentação do trecho sob concessão realizadas em 2021. Os custos operacionais tiveram aumento de 20,9%, devido à reversão nos serviços compartilhados feitos em 2021. As despesas Gerais e Administrativas tiveram um aumento 60% devido ao aumento nos valores de seguros e contingências trabalhistas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Variação dos Custos e Despesas Operacionais**
(R\$ Mil)**EBITDA**

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
Lucro (Prejuízo) Líquido	12.295	12.740	-3,5%	54.930	17.967	-205,7%
Resultado Financeiro Líquido	(459)	1.259	-136,5%	1.020	9.304	-89,0%
IRPJ & CSLL	5.692	7.507	-24,2%	27.628	10.201	-170,8%
Depreciação e Amortização	6.176	6.096	1,3%	24.207	24.684	-1,9%
EBITDA ICVM 527	23.704	27.602	-14,1%	107.785	62.156	73,4%
Margem EBITDA	55,5%	64,5%	9.0 p.p	64,5%	51,8%	12.6 p.p.

A Companhia registrou Margem EBITDA de 64,5% em 2022, um aumento de 12,7% comparado a 2021, atingindo o valor de R\$ 107,7 milhões. A melhora do EBITDA é resultado principalmente devido a cobrança integral do pedágio no exercício de 2022.

Variação do EBITDA Ajustado
(R\$ Mil)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

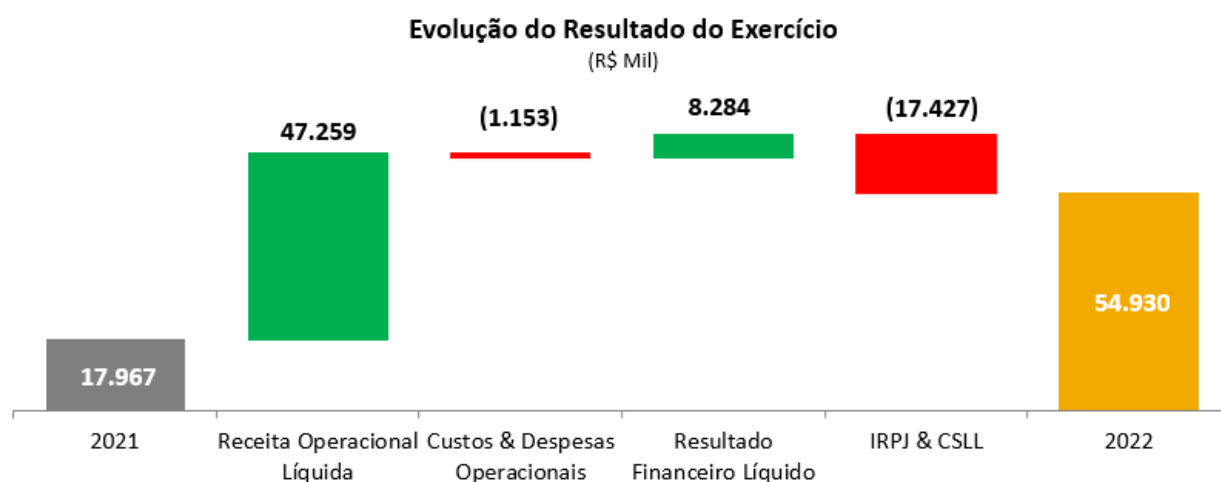
Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
Resultado Financeiro	459	(1.259)	136,5%	(1.020)	(9.304)	-89,0%
Receitas Financeiras	3.532	2.324	52,0%	12.677	8.816	43,8%
Juros sobre aplicações financeiras e Descontos Obtidos	3.274	1.674	95,6%	9.416	2.283	312%
Outros	258	650	-60,3%	3.261	6.533	-100,0%
Despesas Financeiras	(3.073)	(3.583)	-14,2%	(13.697)	(18.120)	-24,4%
Juros sobre Debêntures	(2.457)	(2.662)	-7,7%	(10.269)	(15.660)	-34,4%
Comissões, despesas bancárias e outros	(26)	(345)	-92,5%	(450)	(513)	-12%
Outros	(590)	(576)	2,4%	(2.978)	(1.947)	53,0%

O Resultado Financeiro da Companhia em 2022 melhorou 89% na comparação com o ano anterior. Isso ocorreu pela melhora na receita financeira devido a melhor rentabilidade das aplicações financeiras, além da queda nas Despesas Financeiras decorrente principalmente da redução da Dívida Bruta da Companhia.

Resultado do Exercício

Resultado Líquido (R\$ mil)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	12.295	12.740	-3,5%	54.930	17.967	205,7%

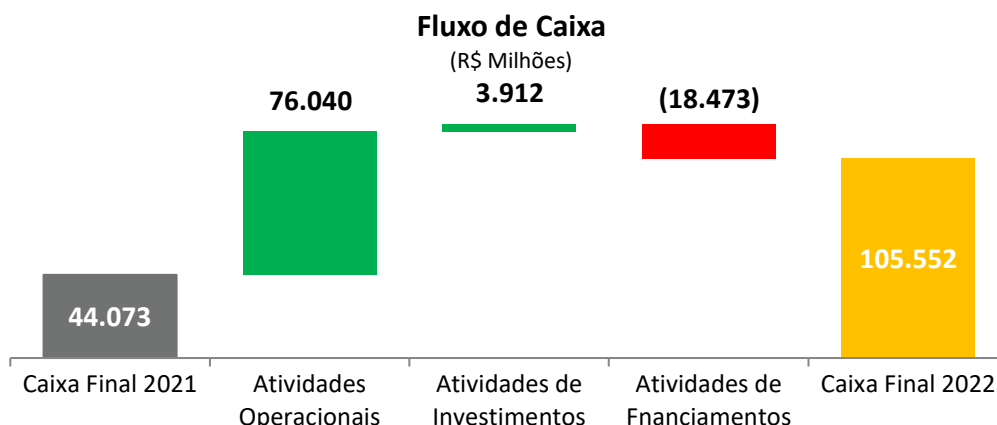
A LAMSA registrou lucro de R\$ 54,9 milhões, representando um aumento de 205,7% em 2022 em relação à 2021.



Fluxo de Caixa

O saldo final de caixa da Companhia ficou maior em 2022, em comparação ao ano anterior, totalizando R\$ 105,5 milhões, devido principalmente a melhora na geração de caixa das Atividades Operacionais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Endividamento

Disponibilidades e Endividamento (R\$ mil)	2022	2021	▲
Dívida Bruta	(83.504)	(101.093)	-17,4%
Curto Prazo	(16.613)	(14.624)	13,6%
Debêntures	(16.613)	(14.624)	13,6%
Longo Prazo	(66.891)	(86.469)	100,0%
Debêntures	(66.891)	(86.469)	100,0%
Disponibilidades	105.552	44.073	139,5%
Caixa e equivalentes de caixa	105.552	44.073	139,5%
Dívida Líquida	22.048	(57.020)	-138,7%

A Dívida Bruta da Companhia em 2022 totalizou R\$ 83,5 milhões, uma redução de 17,4% frente ao verificado em 2021. A redução decorre da amortização do principal das debêntures da 2ª emissão, sem contrapartida de novas captações.

Investimentos

Investimentos (R\$ mil)	2022	2021	▲
Investimento Total	3.733	1.406	165,5%
Imobilizado	2.001	159	1158,5%
Intangível	1.732	1.247	38,9%
Intangível em construção	1.732	1.247	38,9%

Em 2022, os investimentos foram realizados na revitalização de pistas automáticas e adequações nos túneis. Devido à não cobrança de pedágio no 1T21, a Companhia priorizou a aplicação dos recursos na manutenção da segurança da via.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Considerações Finais

Perspectivas e Planos

No ano de 2022, a LAMSA executou as medidas cabíveis para resguardar os direitos e prevenir responsabilidades da Concessionária, tudo conforme previstos nas normas aplicáveis e no Contrato de Concessão. Além disso, a Companhia informa que, com o apoio da INVEPAR, segue buscando a melhor solução para a LAMSA, para os usuários da via expressa e para cidade do Rio de Janeiro e acredita que os direitos previstos no contrato de concessão permanecerão assegurados.

Por fim, a Companhia segue atenta aos acontecimentos do setor em que atua e tomando as medidas necessárias para enfrentar o atual momento.

Eventos Subsequentes

Decisão Supremo Tribunal Federal

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Audiência

Em audiência realizada no dia 10 de março de 2023 no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro foram ouvidos os peritos da COPPEAD para esclarecimentos sobre o laudo. Adicionalmente a juíza suspendeu o procedimento administrativo de nulidade do contrato de concessão até a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a reclamação formulada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

No dia 10 de março de 2023 teve início a sessão virtual no STF em relação a reclamação (RCL 43697) da ABCR sobre o caso da encampação da Linha Amarela autorizada pelo Ministro Humberto Martins no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 16 de setembro de 2020. No dia 14 de março de 2023 o Ministro Luiz Fux pediu vistas no processo suspendendo o mesmo.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Auditores Independentes

A INVEPAR e suas controladas utilizam os serviços de auditoria independente da Mazars Auditores Independentes desde 01 de abril de 2021. No exercício encerrado em dezembro de 2022, os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa, que não entre em conflito com as normas de independência dos auditores externos NBCTA -200.

Considerações Finais

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023

Diretor de Relações com Investidores

Gustavo Soares Figueiredo

Diretor de Relações com Investidores

Gustavo Soares Figueiredo



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Anexos

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
Receita Bruta	46.776	46.860	-0,2%	183.009	131.276	39,4%
Receitas com Pedágio	46.776	46.860	-0,2%	183.009	131.276	39,4%
Deduções da Receita Bruta	(4.046)	(4.054)	-0,2%	(15.830)	(11.356)	39,4%
Receita Líquida	42.730	42.806	-0,2%	167.179	119.920	39,4%
Custos & Despesas	(25.202)	(21.300)	18,3%	(83.601)	(82.448)	1,4%
Pessoal	(8.027)	(6.098)	31,6%	(26.884)	(23.599)	13,9%
Conservação & Manutenção	(2.425)	(3.890)	-37,7%	(4.674)	(12.962)	-63,9%
Operacionais	(6.295)	(4.575)	37,6%	(18.830)	(15.575)	20,9%
Despesas Administrativas	(2.279)	(641)	255,5%	(9.006)	(5.628)	60,0%
Depreciação & Amortização	(6.176)	(6.096)	1,3%	(24.207)	(24.684)	-1,9%
RESULTADO OPERACIONAL	17.528	21.506	-18,5%	83.578	37.472	123,0%
Resultado Financeiro	459	(1.259)	-136,5%	(1.020)	(9.304)	-89,0%
Receitas Financeiras	3.532	2.324	52,0%	12.677	8.816	43,8%
Juros sobre aplicações financeiras e Descontos Obtidos	3.274	1.674	95,6%	9.416	2.283	312,4%
Outros	258	650	-100,0%	3.261	6.533	-100,0%
Despesas Financeiras	(3.073)	(3.583)	-14,2%	(13.697)	(18.120)	-24,4%
Juros sobre Debêntures	(2.457)	(2.662)	-7,7%	(10.269)	(15.660)	-34,4%
Comissões, despesas bancárias e outros	(26)	(345)	-92,5%	(450)	(513)	-12,3%
Outros	(590)	(576)	2,4%	(2.978)	(1.947)	53,0%
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	17.987	20.247	-11,2%	82.558	28.168	193,1%
IR & CSL	(5.692)	(7.507)	-24,2%	(27.628)	(10.201)	170,8%
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	12.295	12.740	3,5%	54.930	17.967	-205,7%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Balanco Patrimonial**

Ativo (R\$ Mil)	2022	2021	Passivo (R\$ Mil)	2022	2021
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	105.552	44.073	Fornecedores	4.905	7.801
Aplicações Financeiras	-	7.645	Debêntures	16.613	14.624
Contas a receber	9.592	6.551	Impostos a recolher	2.740	1.551
Estoques	1.547	995	Obrigações com empregados e administradores	5.007	3.974
Impostos a recuperar	-	1.910	Dividendos e Juros sobre o capital próprio	164.173	146.860
Adiantamentos	3.397	2.437	Partes relacionadas	4.613	4.613
Partes relacionadas	264	290	Outros	500	572
Outras contas a pagar	38	71	Total do Circulante	198.551	179.995
Total do Circulante	120.390	63.972	Passivo Não Circulante		
Ativo não Circulante			Debêntures	66.891	86.469
Imposto de renda e contribuição social	2.532	913	Dividendos Propostos	-	4.267
Depósitos judiciais	16.300	13.192	Provisão para riscos processuais	15.672	11.840
Imobilizado	13.798	13.998	Total do Não Circulante	82.563	102.576
Intangível	311.403	331.920	TOTAL DO PASSIVO	281.114	282.571
Total do Não Circulante	344.033	360.023	Patrimônio Líquido		
TOTAL DO ATIVO	464.423	423.995	Capital social	91.953	91.953
			Reserva Legal	15.836	13.089
			Dividendos Adicionais Propostos	75.520	36.382
			Resultado do Período	-	-
			Total do Patrimônio Líquido	183.309	141.424
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	464.423	423.995

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Notas Explicativas

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Balanço patrimonial	8
Demonstração dos resultados	9
Demonstração dos resultados abrangentes	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Demonstração do valor adicionado	13
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	
1 Informações gerais	14
2 principais políticas contábeis	15
3 Contrato de concessão	23
4 Caixa e equivalentes de caixa	23
5 Contas a receber	24
6 Impostos, taxas e contribuições	24
7 Depósitos judiciais	26
8 Partes relacionadas	26
9 Imobilizado	28
10 Intangível	30
11 Debêntures	33
12 Provisão para riscos processuais	36
13 Patrimônio líquido	38
14 Receita operacional líquida	38
15 Despesas e custos por natureza	39
16 Resultado financeiro	39
17 Resultado por ação	39
18 Seguros (Não auditado)	40
19 Instrumentos financeiros	40
20 Transação não caixa	43
21 Evento subsequente	43

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Linha Amarela S.A. – LAMSA
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Linha Amarela S.A. - LAMSA** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linha Amarela S.A. - LAMSA (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 1.2 às demonstrações contábeis, que versa sobre continuidade operacional em relação a litígio com o Poder Concedente. Conforme descrito na Nota 1.2, em 29 de setembro de 2022, a Prefeitura do Rio de Janeiro, considerando a perícia realizada pela Alumni COPPEAD, na questão da indicação de potencial sobrepreço nas obras executadas, notificou a Companhia autorizando a abertura de processo administrativo para apurar a nulidade do 11º Aditivo do Contrato de Concessão. Em 12 de dezembro de 2022 foi realizada audiência judicial no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro entre as partes e ficou acordado que o Município prosseguiria com a suspensão do processo administrativo, bem como não iniciaria nova licitação até o esclarecimento do laudo pericial em nova audiência agendada para 02 de fevereiro de 2023, sendo esta prorrogada para 10 de março de 2023. Nesta audiência, não houve posicionamento do juízo e este mencionou que aguardará o posicionamento do STF que por sua vez deu início à sessão virtual no mesmo dia e no dia 14 de março de 2023 um dos ministros da corte pediu vistas do processo. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A seguir, descrevemos os principais assuntos de auditoria:

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 15 às demonstrações contábeis, a receita de prestação de serviços é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

Adicionalmente, a receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de serviços representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia; e (ii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

- (i) obtenção de entendimento sobre o fluxo de prestação de serviços;
- (ii) identificação das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração e a avaliação do desenho, da implementação e do teste de efetividade, quando aplicável, dessas atividades de controles;
- (iii) o envolvimento dos nossos especialistas em tecnologia da informação para a realização de testes específicos relacionados a validação mensal do cálculo sistêmico da receita tarifária. (recálculo mensal da receita, tarifa x nº de passageiros pagantes).
- (iv) Procedimento de confirmação externa junto às operadoras dos sistemas de pagamento automático de pedágio e às transportadoras de valores.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento de receita de serviços, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Intangível de concessão

Conforme descrito na nota 10, a Companhia possui montante relevante reconhecido como intangível de concessão. A Companhia utiliza o método de amortização linear para o cálculo da amortização do ativo intangível de concessão.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores são relevantes no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia;

- (ii) é necessária a avaliação da alocação das adições do intangível em conformidade com o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão;
- (iii) a avaliação de *impairment* envolve premissas e critérios subjetivos para mensuração, baseadas em dados de performance histórica e indicadores disponíveis no mercado;
- (iv) o cálculo da amortização ativo intangível e como consequência a determinação da vida útil, envolve estimativas relevantes.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

- (i) Realização de procedimentos de controle para avaliar a eficácia dos controles internos implementados pela Companhia no processo de reconhecimento e mensuração dos intangíveis de concessão;
- (ii) execução de procedimentos substantivos em bases amostrais com o objetivo de avaliar se evidências que suportam o atendimento dos requisitos necessários para classificação das adições feitas ao intangível como intangível de concessão;
- (iii) Execução, em bases amostrais, de inspeção dos documentos que dão suporte às adições feitas ao intangível de concessão;
- (iv) validação da avaliação da Companhia em relação à existência de indícios de redução ao valor recuperável do intangível de concessão e efetuamos. Com o auxílio dos nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Administração da Companhia no cálculo de *impairment*. Para avaliação das premissas, nos utilizamos de dados de performance histórico da Companhia e de indicadores disponíveis no mercado;
- (v) realização de procedimentos substantivos sobre as bases e premissas utilizadas pela Companhia para estimar a vida útil do intangível de concessão; e
- (vi) análise das políticas contábeis aplicadas pela Companhia, se estão em conformidade com as normas contábeis relevantes e avaliamos se os requisitos de divulgação foram atendidos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o reconhecimento e mensuração do intangível de concessão, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis...

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8 “F” RJ

Cleber de Araujo
Contador CRC 1SP213655/O-8

Notas Explicativas**Linha Amarela S.A. - LAMSA****Balanco patrimonial****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)**

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	105.552	44.073
Aplicações financeiras		-	7.645
Contas a receber	5	9.592	6.551
Estoques		1.547	995
Tributos a recuperar		-	1.910
Adiantamentos		3.397	2.437
Partes relacionadas	8	264	290
Outros		38	71
Total do ativo circulante		120.390	63.972
Não Circulante			
Impostos diferidos ativos	6.a	2.532	913
Depósitos judiciais	7	16.300	13.192
Imobilizado	9	13.798	13.998
Intangível	10	311.403	331.920
Total do ativo não circulante		344.033	360.023
Total do ativo		464.423	423.995
Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE			
Fornecedores		4.905	7.801
Debêntures	11	16.613	14.624
Impostos a recolher	6.b	2.740	1.551
Obrigações com empregados e administradores		5.007	3.974
Dividendos e juros sobre o capital próprio	8 e 13.c	164.173	146.860
Partes relacionadas	8	4.613	4.613
Outros passivos		500	572
Total do passivo circulante		198.551	179.995
Não Circulante			
Debêntures	11	66.891	86.469
Dividendos a pagar	8 e 13.c	-	4.267
Provisão para riscos processuais	12	15.672	11.840
Total do passivo não circulante		82.563	102.576
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	91.953	91.953
Reserva de lucros	13.b	15.836	13.089
Dividendos adicionais propostos		75.520	36.382
Total do patrimônio líquido		183.309	141.424
Total do Passivo e patrimônio líquido		464.423	423.995

As notas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Linha Amarela S.A. - LAMSA****Demonstração dos resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)**

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	14	167.179	119.920
Custo dos serviços prestados	15	(62.149)	(67.299)
Lucro Bruto		105.030	52.621
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	15	(21.127)	(14.476)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15	(325)	(673)
Resultado operacional		83.578	37.472
Receitas e despesas financeiras			
Receitas financeiras	16	12.677	8.816
Despesas financeiras	16	(13.697)	(18.120)
Resultado financeiro		(1.020)	(9.304)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		82.558	28.168
Imposto de renda e contribuição social		(27.628)	(10.201)
Corrente	6.c	(29.482)	(10.343)
Diferido	6.c	1.854	142
Lucro líquido do exercício		54.930	17.967
Lucro básico por lote de mil ações (em reais - R\$)	17	0,2591	0,0847
Lucro diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	17	0,2591	0,0847

As notas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Linha Amarela S.A. - LAMSA****Demonstração dos resultados abrangentes**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	<u>54.930</u>	<u>17.967</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>54.930</u>	<u>17.967</u>

As notas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro de aumento de capital	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		60.953	12.191	23.580	-	96.724	13.000	109.724
Aumento de capital	13.a	31.000	-	-	-	31.000	(13.000)	18.000
Destinação reserva legal		-	898	-	(898)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(4.267)	(4.267)	-	(4.267)
Dividendos adicionais propostos	13.c	-	-	12.802	(12.802)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	17.967	17.967	-	17.967
Saldos em 31 de dezembro de 2021		91.953	13.089	36.382	-	141.424	-	141.424
Saldos em 31 de dezembro de 2021		91.953	13.089	36.382	-	141.424	-	141.424
Adição dos não controladores		-	-	-	-	-	-	-
Destinação reserva legal		-	2.747	-	(2.747)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(13.045)	(13.045)	-	(13.045)
Dividendos adicionais propostos		-	-	39.138	(39.138)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	54.930	54.930	-	54.930
Saldos em 31 de dezembro de 2022		91.953	15.836	75.520	-	183.309	-	183.309

As notas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado antes dos impostos		82.558	28.168
Ajustes:			
Depreciações e amortizações	9 e 10	24.207	24.684
Baixa de imobilizado e intangível	9 e 10	243	-
(Reversão) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa		-	350
Provisão para riscos processuais	12	2.214	(376)
Variações monetárias e encargos, líquidos		9.315	10.214
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(3.041)	(6.901)
Estoques		(552)	(289)
Impostos a recuperar		1.910	(4.147)
Depósitos judiciais		(319)	(224)
Adiantamentos		(960)	(829)
Partes relacionadas		26	-
Outros créditos		33	804
(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(2.896)	665
Obrigações com empregados e administradores		1.033	795
Impostos a recolher		1.189	4.838
Partes relacionadas		-	(667)
Outras obrigações e contas a pagar		(72)	81
Debêntures		-	4.957
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(29.344)	(9.240)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14	(9.504)	(15.304)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		76.040	37.579
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	9	(2.001)	(159)
Aquisição de intangível	10	(1.732)	(1.247)
Aplicações financeiras		7.645	(12.599)
Recebimento de principal sobre debêntures		-	93.280
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		3.912	79.275
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	11	(17.946)	(100.741)
Aplicação financeira vinculada		(527)	-
Adiantamento para futuro aumento capital	13.d	-	18.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(18.473)	(82.741)
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		61.479	34.113
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	44.073	9.960
Saldo inicial de caixa dos ativos mantidos para venda e descontinuado		-	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	105.552	44.073
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		61.479	34.113

As notas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Linha Amarela S.A. - LAMSA****Demonstração do valor adicionado****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****(Em milhares de reais)**

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas		183.160	131.767
Receita operacional	14	183.009	131.276
Outras receitas		151	491
Insumos adquiridos de terceiros		(31.906)	(34.341)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(28.762)	(30.554)
Perda/recuperação de valores ativos		(1.587)	(170)
Outros custos		(1.557)	(3.617)
Valor adicionado bruto		151.254	97.426
Retenções		(24.207)	(24.684)
Depreciação e amortização	9 e 10	(24.207)	(24.684)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		127.047	72.742
Valor adicionado recebido em transferência		12.677	8.817
Receitas financeiras	16	12.677	8.817
Total do valor adicionado a distribuir		139.724	81.559
Distribuição do valor adicionado		139.724	81.559
Pessoal e encargos		22.786	20.073
Remuneração direta		15.612	13.326
Benefícios		5.836	5.535
FGTS		1.338	1.212
Impostos, taxas e contribuições		48.289	25.570
Federais		39.002	19.003
Municipais		9.287	6.567
Remuneração capital de terceiros		13.719	17.949
Juros		10.953	16.058
Variação		1.820	1.247
Aluguéis		376	251
Outros		570	393
Remuneração de capital próprio		54.930	17.967
Lucro no exercício		54.930	17.967

As notas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

**Notas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

1 Informações gerais

1.1 Operações da Companhia

A Linha Amarela S.A. ("LAMSA" ou "Companhia" ou Concessionária), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil foi fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, encerrando-se em dezembro de 2037, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010.

A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("INVEPAR").

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 78.161 (R\$ 116.023 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia entende que o seu fluxo de caixa operacional faz frente às suas obrigações pelos próximos 12 meses. Além disso, se necessário, a LAMSA poderá receber suporte financeiro de sua controladora INVEPAR, na medida de sua disponibilidade, de modo a reduzir as dificuldades financeiras de curto prazo, caso ocorram.

1.2 Continuidade operacional em relação a litígio com o Poder Concedente

Em 29 de outubro de 2019, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro enviou Projeto de Lei Complementar à Câmara Municipal para ser votado, em regime de urgência, com o objetivo de encampação do contrato de concessão da Linha Amarela, sendo aprovado em 05 de novembro de 2019 e convertido na Lei Complementar nº 213 na mesma data, prevendo: (i) a amortização da indenização à concessionária pelos prejuízos apurados pelos órgãos fiscalizadores e pelo Executivo; e (ii) a possibilidade de a Prefeitura constituir caução para eventual indenização à concessionária. Em 06 de novembro de 2019, a LAMSA obteve decisão judicial favorável, assegurando a execução do Contrato de Concessão até que se estabeleça processo administrativo garantindo o direito da concessionária à ampla defesa e à indenização prévia.

Após diversas liminares favoráveis que garantiram a execução do contrato de concessão, em 16 de setembro de 2020, o Município do Rio de Janeiro obteve liminar (SLS nº 2792) junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), assegurando o prosseguimento dos atos de encampação, suspendendo a cobrança de tarifa. E, em 03 de março de 2021, após Reclamação (RCL) 43697 apresentada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministro Luiz Fux, deferiu liminar e suspendeu os efeitos da decisão obtida pelo Município do Rio de Janeiro.

A cobrança da tarifa foi restabelecida em 09 de abril de 2021, com o valor provisório de R\$ 4,00 (quatro reais), fixado pelo juízo, após audiência de conciliação realizada em 05 de abril de 2021, na qual ficou ajustada a realização de perícia no processo de origem (TJRJ nº 0337389-74.2019.8.19.0001) para apurar os desequilíbrios apontados pelas partes.

A perícia realizada pela Alumni COPPEAD e concluída em 22 de novembro de 2021, evidenciou um desequilíbrio em favor da Concessionária e evidenciou um eventual sobrepreço nas obras realizada com base no 11º Termo Aditivo – TA do Contrato de Concessão nº 513/94, sendo deferido prazo às partes para manifestação sobre o laudo, para posterior esclarecimento técnico e envio ao Supremo Tribunal Federal. Cabe ressaltar que no laudo elaborado pela Alumni COPPEAD a expressão sobrepreço não é qualificadora de ato ilícito, apenas que não encontrou subsídios para diferença orçamentária. A Companhia aguarda a convocação do Supremo Tribunal Federal para retomada do processo após a perícia. Com base no andamento do referido processo, a Companhia entende que a encampação é ilegal, pois não há razões jurídicas para cessação do contrato de concessão, uma vez que as discussões envolvendo os aditivos celebrados, bem como o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato são objeto de discussões judiciais.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 29 de setembro de 2022, a Prefeitura do Rio de Janeiro, considerando a perícia realizada pela Alumni COPPEAD, na questão da indicação de potencial sobrepreço nas obras executas, não levando em consideração o desequilíbrio apresentado no referido laudo, notificou a Companhia através do Ofício nº MTR-OFI-2022/00450, autorizando a abertura do processo sob o nº 03/000.200/202 para apurar a nulidade do 11º Aditivo – TA do Contrato de Concessão nº 513/94, tendo o prazo de 10 dias para pronunciamento. O 11º Aditivo a que se refere trata da prorrogação do prazo da Concessão por mais 15 anos, passando o contrato a vigorar por 480 meses (40 anos) a contar do início da cobrança do pedágio, ocorrida em 1º de janeiro de 1998. Este tema foi divulgado ao mercado em 30 de setembro de 2022, através de fato relevante.

A Companhia entende que não é correto falar-se em nulidade do 11º Termo Aditivo do Contrato de Concessão tendo em vista, que não há prova de qualquer ato ilícito praticado quando de sua celebração, e ainda, essa questão é objeto de ações judiciais que tramitam na justiça do Rio de Janeiro, não podendo administrativamente a Prefeitura do Rio de Janeiro decidir sobre essa matéria.

Em 12 de dezembro de 2022 foi realizada audiência entre as partes e ficou acordado que o Município prosseguiria com a suspensão do processo administrativo, bem como não iniciaria nova licitação até o esclarecimento do laudo pericial em nova audiência agendada para 02 de fevereiro de 2023, sendo esta prorrogada para 10 de março de 2023 conforme despacho emitido em 30 de janeiro de 2023. Detalhes sobre a audiência do dia 10 de março de 2023 estão apresentados na nota 21 – Eventos subsequentes.

2 Principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 23 de março de 2023.

2.1 Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Equivalentes de caixa, Aplicação financeira e outros Instrumentos financeiros.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios da Companhia.

2.2 Contratos de concessão - ICPC 01 (R1) (IFRIC 12)

A contabilização das operações provenientes do contrato de concessão é feita conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem permissão apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

2.3 Reconhecimento de receitas

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de modo confiável:

(a) Receita de serviços

As receitas provenientes de pedágio são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da via expressa pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefício econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados à mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Companhia não constitui perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, tendo em vista que não há expectativa de perda nos recebíveis na data base de 31 de dezembro de 2022. A Companhia faz periodicamente testes de recuperabilidade dos recebíveis.

2.6 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.7 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de maneira prospectiva, quando for o caso.

Também fazem parte do Imobilizado, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.8 Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda em relação ao valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.09 Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil exceder o valor recuperável, é reconhecida uma perda para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.10 Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Receitas de pedágio	Demais receitas	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISS	5,00%	-	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício inclui o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, estas são revisadas em períodos menores. As premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e consequentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.11 Benefícios aos empregados

A Companhia possui planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

A Companhia não concede plano de benefício pós-emprego para os seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

2.12 Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33). O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.14 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM nº 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.15 Informações por segmento

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.16 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.17 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

(a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

(b) Estimativas e premissas

Principais fontes de incertezas nas estimativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento, que tem como base as projeções até o término do prazo de concessão, e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão.

2.18 Normas e interpretações alteradas e ainda não adotadas.

Uma série de alterações em normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, conforme segue:

- (a) Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8) – 1º de Janeiro 2023;
- (b) Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8) e IFRS Practice Statement 2 – 1º de Janeiro 2023;
- (c) Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8) – 1º de Janeiro 2023;
- (d) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12) 1º de Janeiro 2023;
- (e) Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou joint venture – alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28) 1º de Janeiro 2023

A Companhia não adotou antecipadamente essas alterações de normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas Explicativas**Linha Amarela S.A. - LAMSA**

Notas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

3 Contrato de concessão

A Companhia detém o contrato de concessão para operação e manutenção da via expressa denominada Linha Amarela, por meio da cobrança de pedágio. A concessão foi outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e o contrato de concessão foi assinado em dezembro de 1994. Após o período de construção, a via foi inaugurada e teve a cobrança de pedágio iniciada em janeiro de 1998, por um prazo de 162 meses (13,5 anos). O contrato de concessão prevê o reajuste anual na tarifa de pedágio no 1º dia de cada ano com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial ("IPCA-E").

Em janeiro de 1999, foi assinado o 5º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu a construção do Lote IV da Linha Amarela (trecho que vai do Viaduto Sampaio Corrêa até a Ilha do Fundão), na ordem de R\$ 62,8 milhões, com contrapartida na prorrogação do prazo de concessão para um total de 300 meses (25 anos), se estendendo até 2022.

Em 14 de maio de 2010, foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu novas obrigações determinadas pela Prefeitura, na ordem de R\$ 251 milhões, para a realização de obras e outras intervenções, visando principalmente a melhoria da fluidez viária.

Como contrapartida destes investimentos, que foram realizados e concluídos pela Companhia, o Poder Concedente prorrogou o contrato de concessão por mais 15 anos, estendendo até 2037, e reajustou a tarifa em 2,32% acima da variação do IPCA-E entre os anos 2012 e 2015.

A Companhia possui compromisso contratual de assegurar que o serviço de operação da Linha Amarela (RJ) seja prestado de maneira a garantir a qualidade e segurança, satisfazendo, durante toda a vigência do Contrato, as condições de regularidade, continuidade, eficiência, conforto, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas. A qualidade dos serviços prestados é avaliada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Informações sobre o processo de litígio com o Poder Concedente vide Nota 1.2.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	5.220	4.593
Aplicações financeiras		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	55.791	39.480
Aplicação financeira - Fundo Safira	44.541	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	105.552	44.073

Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm alta liquidez e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa de curto prazo e sem risco de mudança de valor. A rentabilidade média destas aplicações em 31 de dezembro de 2022 é de 100,83% do CDI (95,00% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas**Linha Amarela S.A. - LAMSA**

**Notas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

5 Contas a receber

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores a receber de pedágios	9.556	6.901
Receitas acessórias	36	-
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(350)
Total contas a receber	<u>9.592</u>	<u>6.551</u>
Circulante	<u>9.592</u>	<u>6.551</u>

A Companhia em 31 de dezembro de 2022 reconheceu como perda definitiva R\$ 1.587 (em 31 de dezembro de 2021 reconheceu como perda definitiva R\$ 170). O saldo em aberto de contas a receber correspondem a recebíveis ainda não vencidos.

6 Impostos, taxas e contribuições**(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo diferido		
Provisão para riscos processuais	5.328	4.025
Provisão na participação nos lucros e resultados (PLR)	393	275
Provisões não dedutíveis	477	524
Total do ativo fiscal diferido	<u>6.198</u>	<u>4.824</u>
Passivo diferido		
Amortização do direito de concessão e margem de construção	(3.495)	(3.911)
Outros diferidos passivos	(171)	-
Total do passivo fiscal diferido	<u>(3.666)</u>	<u>(3.911)</u>
Impostos diferidos – Ativo	<u>2.532</u>	<u>913</u>

Na tabela a seguir, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Notas Explicativas**Linha Amarela S.A. - LAMSA**

Notas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Projeções de resultados tributáveis		31/12/2022	31/12/2021
2023		870	798
2024		533	403
2025		533	403
2026		533	403
2027		533	403
2028 em diante		3.196	2.414
Total dos ativos fiscais diferidos		6.198	4.824
(b) Tributos a recolher			
		31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL		998	14
ISS		881	861
PIS e COFINS		639	659
IRRF, CSRF e INSS		222	17
Total circulante		2.740	1.551
(c) Imposto de renda e contribuição social no resultado			
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:			
		31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		82.558	28.168
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social		34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes		(28.069)	(9.577)
Adições permanentes		(139)	(179)
Exclusões permanentes		-	114
Incentivos Fiscais *		556	360
Outros		24	(919)
Total dos impostos no resultado		(27.628)	(10.201)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(29.482)	(10.343)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.854	142
Total dos impostos no resultado		(27.628)	(10.201)

*LAMSA é beneficiada pelo "PAT em dobro" que deduz as despesas com alimentação no resultado da apuração do Lucro Real, também possibilitando excluir os valores gastos diretamente da base tributável do IRPJ.

Notas Explicativas**Linha Amarela S.A. - LAMSA**

Notas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

7 Depósitos judiciais

	31/12/2021	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	31/12/2022
Cíveis (a)	7.985	68	(16)	681	8.718
Tributários (b)	4.022	-	-	2.232	6.254
Trabalhistas	1.185	639	(597)	101	1.328
Total	13.192	707	(613)	3.014	16.300

- (a) Representado, substancialmente, por depósito em garantia de ação indenizatória, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJERJ. A LAMSA vem buscando a reversão do julgado perante o Superior Tribunal de Justiça. Todavia, o autor ingressou com o incidente de cumprimento provisório de sentença e pleiteou o pagamento dos valores conferidos em sentença, que somam R\$ 8.649 (Vide Nota 11).
- (b) Em 2000, a Companhia efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações, retendo deste e recolhendo, indevidamente, o montante referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Diante da inapropriada retenção de imposto, efetuou o complemento do pagamento ao referido acionista e compensou o valor recolhido ao fisco. Em agosto de 2006, a 5ª Vara Federal de execução fiscal, expediu mandado intimando a Companhia a efetuar o pagamento de R\$ 1.439 referente à compensação fiscal acima mencionada, o qual foi atendido através do depósito judicial realizado em setembro de 2006. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, entende que o processo no qual esse depósito está vinculado possui expectativa de perda remota, não sendo necessária nova constituição de provisão para riscos.

8 Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes que refletem as condições praticadas no mercado, aprovada pelos órgãos da Administração e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Notas Explicativas**Linha Amarela S.A. - LAMSA**

Notas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Composição

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2022		31/12/2022	
			Ativo	Passivo	Passivo	Resultado
			Circulante	Circulante	Não circulante	Receita Despesa
INVEPAR	Compartilhamento de despesas	Controladora	264	4.613	-	-
INVEPAR	Dividendos/JSCP	Controladora	-	164.173	-	-
Total			264	168.786	-	-

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2021		31/12/2021	
			Ativo	Passivo	Passivo	Resultado
			Circulante	Circulante	Não circulante	Receita Despesa
INVEPAR	Compartilhamento de despesas	Controladora	264	4.613	-	(1.243)
INVEPAR	Dividendos/JSCP	Controladora	-	146.860	4.267	-
PEX	Passagem pista AVI-PEX	Coligada	26	-	-	-
Total			290	151.473	4.267	(1.243)

Remuneração da Administração

Em 29 de abril de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a remuneração global anual dos administradores de até R\$ 175 para o exercício de 2022.

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Pró-labore	126	168
Bônus Variáveis	-	246
Encargos	25	83
Outros benefícios	7	122
Total	158	619

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

9 Imobilizado

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2022
Custo						
Máquinas e equipamentos	10	20.555	177	(3.949)	238	17.021
Instalações	10	3.998	132	-	-	4.130
Móveis e utensílios	10	1.898	57	(33)	15	1.937
Veículos	20	5.841	-	(639)	444	5.646
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	4	4.270	-	-	-	4.270
Equipamentos de informática	20	7.099	475	(1.403)	560	6.731
Imobilizado em andamento		194	758	-	(244)	708
Outros		332	402	-	(30)	704
Total		44.187	2.001	(6.024)	983	41.147
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(13.767)	(1.412)	3.714	-	(11.465)
Instalações		(3.477)	(89)	-	-	(3.566)
Móveis e utensílios		(1.117)	(172)	33	-	(1.256)
Veículos		(4.236)	(555)	638	-	(4.153)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(1.789)	(246)	-	-	(2.035)
Equipamentos de informática		(5.803)	(467)	1.396	-	(4.874)
Total		(30.189)	(2.941)	5.781	-	(27.349)
Imobilizado Líquido		13.998	(940)	(243)	983	13.798

(*) Em 31 de dezembro de 2022, houve transferências do intangível para o imobilizado referente aos projetos classificados no intangível em andamento.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

**Notas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2021
Custo						
Máquinas e equipamentos	10	20.098	106	(1)	352	20.555
Instalações	10	3.998	-	-	-	3.998
Móveis e utensílios	10	1.884	6	-	8	1.898
Veículos	20	6.564	-	(723)	-	5.841
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	4	3.878	-	-	392	4.270
Equipamentos de informática	20	6.374	27	-	698	7.099
Imobilizado em andamento		1.193	-	-	(999)	194
Outros		67	20	-	245	332
		44.056	159	(724)	696	44.187
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(12.193)	(1.575)	1	-	(13.767)
Instalações		(3.234)	(243)	-	-	(3.477)
Móveis e utensílios		(949)	(168)	-	-	(1.117)
Veículos		(4.322)	(637)	723	-	(4.236)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(1.645)	(144)	-	-	(1.789)
Equipamentos de informática		(5.177)	(626)	-	-	(5.803)
		(27.520)	(3.393)	724	-	(30.189)
Imobilizado líquido		16.536	(3.234)	-	696	13.998

(*) Em 31 de dezembro de 2021, houve transferências do imobilizado para o intangível, visando o aperfeiçoamento da classificação contábil.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

10 Intangível

	<u>Prazo vida útil</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>31/12/2022</u>
Custo						
Software	5 anos	8.794	104	-	113	9.011
Investimento para concessão	(a)	603.314	-	-	1.953	605.267
Andamento	(b)	2.124	1.628	-	(3.049)	703
		614.232	1.732	-	(983)	614.981
Amortização						
Software		(7.900)	(352)	-	-	(8.252)
Investimento para concessão		(274.412)	(20.914)	-	-	(295.326)
		(282.312)	(21.266)	-	-	(303.578)
Intangível líquido		331.920	(19.534)	-	(983)	311.403

(*) Em 31 de dezembro de 2022, houve transferências do intangível para o imobilizado referente aos projetos classificados no intangível em andamento.

- (a) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 31 de dezembro de 2037, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota nº 01. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.
- (b) As adições ocorridas referem-se, basicamente, à revitalização de passarelas, iluminação da via, pistas automáticas, sinalização e túneis.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

**Notas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

Custo	Prazo vida útil	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2021
Software	5 anos	8.525	-	-	269	8.794
Investimento para concessão	(a)	600.506	-	-	2.808	603.314
Andamento	(b)	4.650	1.247	-	(3.773)	2.124
Outros		-	-	-	-	-
		613.681	1.247	-	(696)	614.232
Amortização						
Software		(7.448)	(452)	-	-	(7.900)
Investimento para concessão		(253.573)	(20.839)	-	-	(274.412)
		(261.021)	(21.291)	-	-	(282.312)
Intangível líquido		352.660	(20.044)	-	(696)	331.920

(*) Em 31 de dezembro de 2021, houve transferências do imobilizado para o intangível, visando o aperfeiçoamento da classificação contábil.

(a) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 31 de dezembro de 2037, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota nº 01. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

(b) As adições ocorridas referem-se, basicamente, à revitalização de passarelas, iluminação da via, pistas automáticas, sinalização e túneis.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Redução ao valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível e ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. A Administração efetua análise, no mínimo anualmente, do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foram considerados: (i) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia até o fim da concessão; (ii) manutenção da concessão até 2037 conforme o contrato de concessão, (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); e (iv) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital* - WACC) para descontar o fluxo operacional da concessionária.

Em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados indicativos de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

11 Debêntures

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo das debêntures estava composto da seguinte forma:

Tipo / Credor	Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos	31/12/2022			31/12/2021
					Total circulante	Total não circulante	TOTAL	TOTAL
Debêntures	Real	mai/27	TR	9,50% a.a.	22.094	66.891	88.985	106.047
					22.094	66.891	88.985	106.047
				Aplicação financeira vinculada	(5.481)	-	(5.481)	(4.954)
				Total dívida líquida	16.613	66.891	83.504	101.093
					31/12/2021	Pagamento		31/12/2022
						Principal	Juros *	
Debêntures CEF					19.578	(17.946)	(9.504)	22.094
Passivo circulante					19.578	(17.946)	(9.504)	22.094
Debêntures CEF					86.469	-	-	66.891
Passivo não circulante					86.469	-	-	66.891
Total de empréstimos e financiamentos					106.047	(17.946)	(9.504)	88.985
Aplicações financeiras vinculadas					(4.954)		(527)	(5.481)
Total de empréstimos e financiamentos líquidos					101.093			83.504

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	31/12/2020	Pagamento		Provisão juros	Transferência	31/12/2021
		Principal	Juros			
Debêntures CEF	34.912	(100.741)	(15.304)	15.304	85.407	19.578
Passivo circulante	34.912	(100.741)	(15.304)	15.304	85.407	19.578
Debêntures CEF	171.876	-	-	-	(85.407)	86.469
Passivo não circulante	171.876	-	-	-	(85.407)	86.469
Total de empréstimos e financiamentos	206.788	(100.741)	(15.304)	15.304	-	106.047
Aplicações financeiras vinculadas	-					(4.954)
Total de empréstimos e financiamentos líquidos	206.788					101.093

Notas Explicativas**Linha Amarela S.A. - LAMSA**

**Notas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

Cláusulas restritivas

Empresa	Dívida	Covenants	Limite	Apuração
LAMSA	2ª Emissão de debêntures (CEF)	ICSD	≥ 1,3	Anual
		DL/EBITDA	≤ 2	Trimestral(II)
		EBITDA/DFL	≥ 1,5	Trimestral(II)

(ii) A quebra do *Covenants* só ocorrerá no caso de descumprimento do índice no período de 12 meses.

A falta de cumprimento pela Companhia dos índices anteriormente mencionados somente ficará caracterizada quando verificada nas suas informações contábeis trimestrais e auditadas por, no mínimo, 2 (dois) trimestres civis consecutivos, ou, ainda, por 2 (dois) trimestres civis não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2022 os índices estão de acordo com as cláusulas restritivas e os saldos estão alocados em parcelas no passivo circulante e no passivo não circulante.

Hipóteses de vencimento antecipado

- Os contratos de financiamento na Companhia possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários.
- Os contratos de financiamento na Companhia possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos.
- Os contratos de financiamento na Companhia possuem cláusulas de restrições à alienação de ativos.
- Os contratos de financiamento de longo prazo na Companhia possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário.

Rebaixamento de *rating*

A escritura das debêntures possui como uma das hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a "Baa1.br", portanto, maior que a classificação atual. Para que não haja decretação de vencimento antecipado, é necessária convocação de Assembleia Geral de Debenturistas - AGD.

Em 29 de junho de 2021, foi atribuído pela *Moody's* Local Brasil o *rating* CCC+.br à 2ª emissão de debêntures privadas da LAMSA, equivalente ao *rating* atribuído anteriormente.

Em Assembleia Geral de Debenturistas de 04 de novembro de 2021 foi aprovada a renúncia temporária dos efeitos do *rating* para vencimento antecipado da dívida por 12 (doze) meses a contar de 31 de julho de 2021.

Em 21 de julho de 2022, a Agência de classificação e riscos *Moody's* elevou a classificação de risco atribuída à 2ª emissão de debêntures privada da LAMSA, passando de 'CCC+br' para 'BB+br', com perspectiva positiva.

Em 1º de agosto de 2022, a Assembleia Geral de Debenturistas prorrogou a renúncia temporária dos efeitos da *rating* para vencimento antecipado da dívida por mais 06 (seis) meses, contados de 1º de agosto de 2022 até 1º de fevereiro de 2023.

Notas Explicativas**Linha Amarela S.A. - LAMSA**

Notas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 07 de outubro de 2022, a Companhia divulgou fato relevante informando que a agência de classificação de risco Moody's, colocou em revisão para rebaixamento o *rating* da 2ª Emissão de Debêntures da LAMSA, devido às incertezas geradas pelo processo administrativo de apuração da nulidade do 11º termo aditivo ao Contrato de Concessão iniciado pelo Município do Rio de Janeiro, conforme fato relevante divulgado em 30 de setembro de 2022.

12 Provisão para riscos processuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Com base na opinião de seus consultores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, cujas perdas foram consideradas como prováveis, como segue:

(a) Riscos prováveis**Composição do Risco**

Natureza do risco	31/12/2022		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível (*)	Total
Trabalhistas	5.027	8.508	13.535
Cíveis	10.645	14.831	25.476
Tributária	-	3.161	3.161
Total	15.672	26.500	42.172

Natureza do risco	31/12/2021		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível (*)	Total
Trabalhistas	2.498	6.038	8.536
Cíveis	9342	12.477	21.819
Tributária	-	2.844	2.844
Total	11.840	21.359	33.199

Notas Explicativas**Linha Amarela S.A. - LAMSA**

Notas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação:

Natureza do risco	31/12/2021	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	31/12/2022
Trabalhistas	2.498	2.999	(1.108)	638	5.027
Cíveis	9.342	489	(166)	980	10.645
Total	11.840	3.488	(1.274)	1.618	15.672

Natureza do risco	31/12/2020	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	31/12/2021
Trabalhistas	2.982	382	(1.173)	307	2.498
Cíveis	8.057	532	(117)	870	9.342
Total	11.039	914	(1.290)	1.177	11.840

Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e ex-colaboradores terceirizados, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de verbas rescisórias, reintegração, equiparação salarial, dentre outros, sendo os pedidos de ex-colaboradores terceirizados, em sua maioria, de responsabilidade subsidiária.

Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de acidentes e incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

Em 31 de dezembro de 2022, a provisão cível está representada substancialmente, por ação indenizatória, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ, em decorrência de acidente ocorrido em maio de 1999 que levou ao falecimento do ex-marido e pai dos autores. A Companhia entende que a indenização não é devida porque o acidente ocorreu fora dos limites da concessão da Linha Amarela, como inclusive atestou a Prefeitura através de ofício.

(b) Riscos possíveis

A Companhia é ré em processos de natureza cível, tributária e trabalhista, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Os prognósticos são atualizados conforme o andamento do processo e estudos dos assessores jurídicos da Companhia frente aos acontecimentos jurídicos do período. As causas cíveis envolvem, principalmente processos com danos materiais, danos morais, pedidos de seguros e lucros cessantes. Segue composição dos processos por natureza dos riscos:

Composição dos riscos

Natureza do risco	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	8.508	6.038
Cíveis	14.831	12.477
Tributários	3.161	2.844
Total	26.500	21.359

Notas Explicativas**Linha Amarela S.A. - LAMSA**

Notas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

13 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 91.953 (R\$ 91.953 em 31 de dezembro de 2021), divididos em 212.000.650 ações, sendo 70.666.879 ações ordinárias e 141.333.771 ações preferenciais, sem valor nominal e não conversíveis entre si.

Composição acionária

	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	70.666.879	141.333.771	212.000.650	100,00
Total	70.666.879	141.333.771	212.000.650	100,00

(b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei das sociedades por ações. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo dessa reserva apresenta o montante de R\$ 15.836 (R\$ 13.089 em 31 de dezembro de 2021).

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, o Estatuto Social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e sobre estes decidir o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, sendo uma atribuição conferida ao Conselho de Administração.

Os saldos de dividendos e JSCP a pagar em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 que constam em aberto, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos 2018	28.345	28.345
Dividendos 2019	106.087	106.087
JSCP 2019	4.568	4.568
Dividendos 2020	7.860	7.860
Dividendos 2021	4.267	4.267
Dividendos 2022	13.046	-
Total	164.173	151.127
Total circulante	(164.173)	(146.860)
Total não circulante	-	(4.267)

14 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de pedágio	183.009	131.276
Impostos, deduções e cancelamentos	(15.830)	(11.356)
Receita total	167.179	119.920

Notas Explicativas**Linha Amarela S.A. - LAMSA**

Notas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

15 Despesas e custos por natureza

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal e encargos	(26.884)	(23.599)
Depreciação e amortização	(24.207)	(24.684)
Serviços de terceiros	(6.927)	(4.415)
Conservação e manutenção	(4.674)	(12.962)
Energia elétrica	(3.623)	(3.290)
Seguros e garantias	(3.220)	(2.271)
Consultoria e assessoria	(3.148)	(3.401)
Contingências	(2.010)	446
Aluguéis e impostos	(628)	(402)
Outras receitas (despesas) operacionais	(8.280)	(7.870)
	(83.601)	(82.448)
Custo de serviços prestados	(62.149)	(67.299)
Despesas gerais e administrativas	(21.127)	(14.476)
Outras receitas (despesas) operacionais	(325)	(673)
	(83.601)	(82.448)

16 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	9.416	2.283
Outros	3.261	6.533
Total receitas financeiras	12.677	8.816
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(10.269)	(15.660)
Comissões e despesas bancárias	(450)	(513)
Outros	(2.978)	(1.947)
Total despesas financeiras	(13.697)	(18.120)
Total resultado financeiro	(1.020)	(9.304)

17 Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Notas Explicativas**Linha Amarela S.A. - LAMSA**

Notas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Lucro de operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	18.310	36.620	54.930	5.989	11.978	17.967
Denominador básico						
Média ponderada das ações (em milhares)	70.667	141.334	212.001	70.667	141.334	212.001
Lucro básico por ação (R\$)	0,2591	0,2591		0,0847	0,0847	

18 Seguros (Não auditado)

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Início	Vencimento	Seguradora	Objeto
Garantia ao Poder Concedente	R\$ 34.687	18/12/2022	18/12/2023	BMG	(a)
Responsabilidade Civil Geral	R\$ 60.000	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine	(b)
Responsabilidade civil administradores D&O	R\$ 100.000	04/05/2022	04/05/2023	Berkley	-
Riscos Operacionais	R\$ 280.000	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine	(c)
Veículos	100% FIPE	24/08/2022	24/08/2023	Porto Seguro	-

(a) Garantir o cumprimento das obrigações oriundas do contrato de concessão nº 513/94 datado de 09 de dezembro de 1994 e do 11º Termo Aditivo, compreendendo a operação e manutenção da via do subtrecho da Linha Amarela entre a Cidade de Deus (KM 6) e o viaduto Sampaio Corrêa (KM 21) e a Ilha do Fundão.

(b) Garantir até o limite máximo da importância segurada perdas resultantes de danos corporais e materiais causados a terceiros, decorrentes da operação da empresa segurada, desde que sejam involuntários e acidentais. O seguro garante o pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou despendidas pelo segurado, nas reparações de danos involuntários, materiais e /ou corporais causados a terceiros, e /ou nas ações emergências empreendidas, com objetivo de evitá-lo ou minerar seus efeitos.

(c) Garantir até o limite máximo da importância segurada danos acidentais causados aos veículos segurado, que o segurado venha a sofrer em consequência dos riscos cobertos aos bens segurados, enquanto estiverem nos locais definidos na apólice. Condição igualmente aplicável quando realização de obras de reforma e /ou ampliação. Garantir também o limite máximo da indenização a cobertura de Lucros Cessantes pela perda temporária de receita, decorrente da interrupção das atividades causadas por danos materiais à empresa segurada.

19 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

Notas Explicativas**Linha Amarela S.A. - LAMSA**

Notas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021 correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão apresentados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Instrumentos Financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativos		
Partes relacionadas	264	290
Total do ativo	264	290
Passivos		
Fornecedores	4.905	7.801
Empréstimos, financiamentos e debêntures	83.504	101.093
Partes relacionadas	4.613	4.613
Obrigações com empregados e administradores	5.007	3.974
Total do passivo	98.029	117.481

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

- Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia apurar ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. As taxas de juros das debêntures estão vinculadas à variação da TR.

(c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente em bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diferentes instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Notas Explicativas**Linha Amarela S.A. - LAMSA**

Notas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(d) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros das debêntures, operações financeiras e empréstimos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chave, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chave nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	13,65%	10,24%	6,83%
TR Passivo (% ao ano)	1,47%	1,84%	2,21%

Os indicadores utilizados para 2022 foram obtidos das projeções do Bacen, com exceção da TR, que foi utilizada a média dos três maiores bancos privados de acordo com o *ranking* do Banco Central.

Os valores de sensibilidade na tabela a seguir são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativo financeiro					
Equivalente de caixa	DI	105.552	14.408	10.806	7.204
TOTAL		105.552	14.408	10.806	7.204
Passivo Financeiro					
Debêntures	TR	88.985	1.308	1.635	1.962
Aplicação vinculada (*)	DI	(5.481)	(748)	(935)	(1.122)
TOTAL		83.504	560	700	840

(*) Apresentada como redutora do passivo financeiro (vide nota explicativa nº12).

(e) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Notas Explicativas**Linha Amarela S.A. - LAMSA**

Notas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

20 Transação não caixa

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	395	230
Total	<u>395</u>	<u>230</u>

21 Eventos subsequentesDecisão Supremo Tribunal Federal

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Audiência

Em audiência realizada no dia 10 de março de 2023 no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro foram ouvidos os peritos da COPPEAD para esclarecimentos sobre o laudo. Adicionalmente a juíza suspendeu o procedimento administrativo de nulidade do contrato de concessão até a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a reclamação formulada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

No dia 10 de março de 2023 teve início a sessão virtual no STF em relação a reclamação (RCL 43697) da ABCR sobre o caso da encampação da Linha Amarela autorizada pelo Ministro Humberto Martins no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 16 de setembro de 2020. No dia 14 de março de 2023 o Ministro Luiz Fux pediu vistas no processo suspendendo o mesmo.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Linha Amarela S.A. – LAMSA
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Linha Amarela S.A. - LAMSA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linha Amarela S.A. - LAMSA ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 1.2 às demonstrações contábeis, que versa sobre continuidade operacional em relação a litígio com o Poder Concedente. Conforme descrito na Nota 1.2, em 29 de setembro de 2022, a Prefeitura do Rio de Janeiro, considerando a perícia realizada pela Alumni COPPEAD, na questão da indicação de potencial sobrepreço nas obras executadas, notificou a Companhia autorizando a abertura de processo administrativo para apurar a nulidade do 11º Aditivo do Contrato de Concessão. Em 12 de dezembro de 2022 foi realizada audiência judicial no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro entre as partes e ficou acordado que o Município prosseguiria com a suspensão do processo administrativo, bem como não iniciaria nova licitação até o esclarecimento do laudo pericial em nova audiência agendada para 02 de fevereiro de 2023, sendo esta prorrogada para 10 de março de 2023. Nesta audiência, não houve posicionamento do juízo e este mencionou que aguardará o posicionamento do STF que por sua vez deu início à sessão virtual no mesmo dia e no dia 14 de março de 2023 um dos ministros da corte pediu vistas do processo. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A seguir, descrevemos os principais assuntos de auditoria:

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 15 às demonstrações contábeis, a receita de prestação de serviços é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

Adicionalmente, a receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de serviços representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia; e (ii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

(i) obtenção de entendimento sobre o fluxo de prestação de serviços;

- (ii) identificação das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração e a avaliação do desenho, da implementação e do teste de efetividade, quando aplicável, dessas atividades de controles;
- (iii) o envolvimento dos nossos especialistas em tecnologia da informação para a realização de testes específicos relacionados a validação mensal do cálculo sistêmico da receita tarifária. (recálculo mensal da receita, tarifa x n° de passageiros pagantes).
- (iv) Procedimento de confirmação externa junto às operadoras dos sistemas de pagamento automático de pedágio e às transportadoras de valores.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento de receita de serviços, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Intangível de concessão

Conforme descrito na nota 10, a Companhia possui montante relevante reconhecido como intangível de concessão. A Companhia utiliza o método de amortização linear para o cálculo da amortização do ativo intangível de concessão.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois:

- (i) os valores são relevantes no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia;
- (ii) é necessária a avaliação da alocação das adições do intangível em conformidade com o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão;
- (iii) a avaliação de impairment envolve premissas e critérios subjetivos para mensuração, baseadas em dados de performance histórica e indicadores disponíveis no mercado; e
- (iv) o cálculo da amortização ativo intangível e como consequência a determinação da vida útil, envolve estimativas relevantes.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

- (i) realização de procedimentos de controle para avaliar a eficácia dos controles internos implementados pela Companhia no processo de reconhecimento e mensuração dos intangíveis de concessão;
- (ii) execução de procedimentos substantivos em bases amostrais com o objetivo de avaliar se evidências que suportam o atendimento dos requisitos necessários para classificação das adições feitas ao intangível como intangível de concessão;
- (iii) execução, em bases amostrais, de inspeção dos documentos que dão suporte às adições feitas ao intangível de concessão;
- (iv) validação da avaliação da Companhia em relação à existência de indícios de redução ao valor recuperável do intangível de concessão. Com o auxílio dos nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Administração da Companhia no cálculo de impairment. Para avaliação das premissas, nos utilizamos de dados de performance histórico da Companhia e de indicadores disponíveis no mercado;
- (v) realização de procedimentos substantivos sobre as bases e premissas utilizadas pela Companhia para estimar a vida útil do intangível de concessão; e
- (vi) análise das políticas contábeis aplicadas pela Companhia, se estão em conformidade com as normas contábeis relevantes e avaliamos se os requisitos de divulgação foram atendidos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o reconhecimento e mensuração do intangível de concessão, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e relatório do auditor

A Administração da companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8 "F" RJ

Cleber de Araujo
Contador CRC 1SP213655/O-8

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício. O exame dos referidos documentos foi complementado por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Com base nos referidos trabalhos e esclarecimentos, bem como no Relatório emitido sem modificações pelos Auditores Independentes, destacando o parágrafo do Relatório dos Auditores Independentes sobre incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima mencionados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da INVEPAR e, assim, opina favoravelmente ao encaminhamento do Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.

Jorge Andrade Costa
Presidente

Artemio Bertholini
Membro Titular

Felipe Guidi
Membro Titular

Eslei José de Moraes
Membro Titular

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA**

O Comitê de Auditoria da INVEPAR é um órgão não estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atualmente composto por quatro membros.

No período de 23 de março de 2022 a 14 de março de 2023 realizou 16 reuniões, com participação dos auditores independentes, auditoria interna, diretores e executivos e, no exercício de suas atribuições e responsabilidades, avaliou o escopo do plano anual dos auditores independentes e da auditoria interna e as recomendações emitidas nos seus respectivos relatórios, tratou do monitoramento dos trabalhos de gerenciamento de riscos controles internos e do canal de denúncias, dos ativos e passivos contingentes, dos aspectos legais e regulamentares relativos às demonstrações financeiras intermediárias e anual.

Com base nas atividades desenvolvidas, análises e debates realizados no transcorrer das reuniões, julgando que os temas relevantes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente apresentados no Relatório da Administração, nas Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e relatório emitido pela Mazars Auditores Independentes, sem ressalvas, entende que os mesmos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração, para posterior deliberação da Assembleia de Acionistas.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2023.

Aldo Luiz Mendes
Coordenador Roberto Emilio Patriarca

Almir Alves Junior

Wilman Sanchez

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução nº 80 de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução nº 80 de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da Mazars Auditores Independentes, emitido em 23 de março de 2023, referente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.